

COMUNICADO DA D.G.P.

A Direcção Geral Provisória da AAC teve ontem um encontro com o Dr. Teixeira Ribeiro, Reitor da Universidade de Coimbra, para apresentação dos seus elementos.

No decorrer desse encontro, foram trocadas algumas impressões acerca de importantes problemas, que a todos os estudantes dizem respeito.

Quase no início da reunião, fomos informados da necessidade de apresentar um documento representativo da legalidade da nossa eleição, sendo-nos até perguntado se aquando da votação ainda havia quorum.

Como é do conhecimento dos estudantes, nós achamos que o nº de estudantes que participaram na votação de eleição da nossa lista era bastante inferior àquele que demitiu a anterior Direcção. Daí que no fim da Assembleia, tenhamos proposto a ratificação da nossa eleição em próxima Assembleia Magna, a realizar 3ª feira, dia 17.

É importante salientar, no entanto, a posição da ex-Direcção Geral e seus acólitos, ao absterem-se da votação em relação às duas listas existentes, tentando desta forma aproveitar-se do facto de muita gente já ter abandonado a Assembleia no momento das votações, para assim dar a entender aos estudantes que só uma pequena minoria apoiava a nossa lista.

Assim, alertamos todos os estudantes, para as manobras da ex-Direcção Geral reformista, que tudo fará no sentido de camuflar a natureza massiva que teve a sua demissão, tentando concentrar a atenção dos estudantes no nº de pessoas que na altura da votação para a eleição da actual Direcção estavam na sala.

Fomos também informados pelo Dr. Teixeira Ribeiro, duma visita feita a Coimbra pelo Ministro da Educação e Cultura, que entretanto seguiu para o Porto. Os objectivos destas viagens dizem respeito ao momentoso problema da superlotação das escolas e à situação dos alunos que estão para entrar na Universidade. Segundo o Dr. Teixeira Ribeiro, estaria assegurada a participação dos estudantes, já que o Ministro teria ouvido a opinião das Comissões de Gestão das várias Escolas acerca desse problema.

Como todos sabemos, as Comissões de Gestão mais não têm sido, na prática, que prolongamentos da política do MEC para as escolas. Longe de consultarem os estudantes em relação a todos os problemas que lhes dizem respeito, outra coisa não fazem que não seja impôr-lhes acordos cozinheiros com o MEC, sem os sujeitarem à discussão prévia e à decisão por parte dos estudantes, acontecendo até, nalguns casos, uma nítida traição às posições assumidas em conjunto em amplas reuniões (veja-se o caso da decisão dos estudantes de Direito em Junho acerca dos exames e o posterior acordo do MEC com a Comissão de Gestão).

Estas Comissões, que deveriam ter funções meramente executivas, mais não são que comissões cupulistas e anti-democráticas, afastadas dos estudantes, e fiéis veículos da política da burguesia para o ensino. Assim, a posição das Comissões de Gestão da maior parte das escolas, acerca do problema da superlotação, não poderá ser muito diferente da posição do MEC em relação ao mesmo problema.

—>

Os estudantes, porém, compreendem claramente quais as causas profundas da superlotação das escolas. Essas causas radicam na separação entre trabalho manual e intelectual, própria da sociedade capitalista, na divisão do trabalho que caracteriza essa sociedade e, em última análise, na crise geral do capitalismo e em particular do capitalismo português.

O problema da superlotação não é um problema novo, que tenha surgido apenas com o 25 de Abril. Já o governo fascista de Caetano se via a braços com esse problema, que sempre procurou resolver através duma apertadíssima selecção e da canalização de largos sectores da juventude estudantil para a guerra colonial.

Com o 25 de Abril, não ficou solucionada a crise do modo de produção capitalista em Portugal. Pelo contrário, essa crise foi agravada. Por todo o lado se sucedem as falências de pequenas empresas e o nº de desempregados aumenta diariamente. Face a esta situação, a burguesia não vê outra alternativa que não seja restringir ao máximo o nº de entradas nas Universidades, acenando desde já aos estudantes com a sua participação em campanhas cívicas de "reconstrução nacional", isto é, campanhas de reconstrução da tão abalada economia capitalista portuguesa.

Através da correcta compreensão das razões que estão por detrás da questão da superlotação, os estudantes vão tomando posição quanto a esse problema. Refira-se, por exemplo, o caso de Medicina, em Lisboa, em que se decidiu a entrada dos novos alunos e a constituição de cursos livres.

Quanto a este problema adiantou o Dr. Teixeira Ribeiro, que o Governo está firmemente disposto, seja por que meios for, a prosseguir os seus intuitos quanto ao problema da superlotação e do serviço cívico.

Outro facto de que tivemos conhecimento foi dum despacho que existe na Reitoria sobre os preços das refeições na cantina. Segundo este despacho deveriam aumentar os preços para os funcionários para cerca de 25000.0 Dr. Teixeira Ribeiro referiu em seguida que, segundo a sua opinião, os preços teriam também que aumentar para os estudantes, embora em proporção muito inferior. As razões invocadas para este aumento de preços foram as de que a cantina dá um prejuízo anual de cerca de 15000 contos.

Também perante este problema, nós achamos que cabe aos estudantes analisarem correctamente as causas desse aumento, a proveniência dos subsídios para a cantina, discutindo amplamente a questão e tomando a respectiva decisão.

Neste sentido, a Direcção Geral Provisória alerta todos os estudantes para se manterem vigilantes em relação a todas as manobras efectuadas nas suas costas e apela para o mais amplo debate deste texto no sentido de se tomarem posições eficazes face aos problemas abordados.

- A Direcção Geral Provisória -